

**A Análise das Demonstrações Contábeis como Instrumento e Informação para Fiscalização, Transparência e *Accountability* na Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG)**

**Fabiana de oliveira Andrade (FUNCESI/FACCI)**  
**Paulo Alexandre de Almeida (FUNCESI/FACCI)**  
**Tancredo Augusto Vieira (FUNCESI/FACCI)**  
**Geraldo Leonardo da Silva (FUNCESI/FACCI)**  
**Cristina José de Assis Souza (FUNCESI/FACCI)**

**RESUMO**

Este artigo buscou analisar uma organização prestadora de serviço público a fim de verificar como a análise das demonstrações contábeis pode servir de instrumento e informação para a fiscalização, transparência e *accountability*. Os dados foram coletados junto aos demonstrativos contábeis emitidos por esta organização, tendo sido analisados demonstrativos de três diferentes exercícios. Para análise dos dados, foram utilizadas duas técnicas: a metodologia tradicional e a metodologia do Serasa. Notou-se que a utilização isolada de cada técnica não contribui para que a análise das demonstrações contábeis constituam-se em instrumentos e informação para a fiscalização, transparência e *accountability* de forma a evidenciar todos os resultados da gestão pública. Já a utilização das técnicas em conjunto e de outras, tais como a fiscalização “*in loco*”, possibilitam a uma maior evidenciação dos resultados da gestão de forma a atender os requisitos de fiscalização, transparência e *accountability*. O atendimento desses requisitos beneficia o administrador público com informações necessárias a tomada de decisão, além disso, serve para a sociedade como um instrumento de transparência e conseqüentemente, instrumento de prevenção à corrupção e garantia de uma administração mais responsável.

**Palavras-chave:** fiscalização, transparência, *accountability*

**ABSTRACT**

This paper analyzes a public service organization to verify how analysis of financial statements may serve as a tool and information for supervision, transparency and accountability. Data were collected in financial statements of the organization of three different exercises. For data analysis, we used two techniques: the traditional methodology and the methodology of Serasa. It was noted that the isolated use of each technique does not contribute to the analysis of financial statements constitute themselves into tools and information for supervision, transparency and accountability in order to highlight all the results of public management. Already using the techniques together and others, such as direct supervision permit the disclosure of management results in order to meet the requirements for supervision, transparency and accountability. The care of these requirements benefit the public administrator with information necessary for decision making. Moreover, the fulfillment of those requirements is for society as a tool for transparency and an instrument to prevent corruption and ensure a more responsible administration.

**Keywords:** supervision, transparency, accountability.

## 1 INTRODUÇÃO

Cada vez mais busca-se promover a eficiência na prestação dos serviços públicos. Assim, foram marcos importantes neste sentido a Emenda Constitucional n.º 19/98 e a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal – (Lei Complementar 101, de 4 de Maio de 2000) que disciplinou o conceito de *gestão fiscal responsável* tendo o planejamento, o controle, a transparência e a responsabilização como pilares aplicáveis a todos os entes do Estado, sejam eles da Administração Direta ou da Indireta.

No contexto dessas modificações, cujo foco está voltado para as instituições da Administração Pública, outros temas que têm como foco principal a sociedade também ganharam força, tais como: a fiscalização, a transparência e a *accountability*.

A fiscalização constitui no ato ou efeito de controlar, isso significa que se constitui em uma ferramenta fundamental para que o interesse público seja priorizado. Esta fiscalização tem o objetivo de preparar os indicadores que sustentarão a avaliação da gestão patrimonial, econômica e financeira (SLOMSKI, 2003).

Paralelamente à fiscalização, surge o papel da transparência, que pode ser definida como tornar “evidente e claro”, ou seja, como a administração pública é fundada no interesse público, os seus resultados, as suas decisões e atitudes devem ser demonstrados à coletividade de forma evidente, de possível entendimento para todos.

Por fim, a *accountability* contribui para que a fiscalização e a transparência possam se concretizar. *Accountability* é uma expressão americana que, de acordo com Araújo (2006, p. 14), se caracteriza como “o compromisso ‘ético e legal’ de se responder por uma responsabilidade delegada.” Essa expressão resgata o papel da sociedade de fiscalizar as atitudes de seus governantes e de exigir transparência nas prestações de contas.

Portanto, a fiscalização, transparência e *accountability* são complementares no sentido de apresentarem prestação de contas da administração pública à coletividade. Uma dessas formas é através da publicação e análise das demonstrações contábeis.

Cada usuário da informação contábil deseja essa informação de forma específica com o objetivo de avaliarem qual a melhor decisão. A análise das demonstrações contábeis pode favorecer a sociedade com informações específicas. O serviço público prestado pela Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) tem um caráter coletivo, sendo de interesse de toda sociedade, que possui o direito constitucional de fiscalizar a prestação de contas de seus governantes.

As informações fornecidas pela contabilidade, por meio dos demonstrativos contábeis, se constituem em uma importante ferramenta de tomada de decisão, e ou, fiscalização por todos os seus usuários. Desta forma, a análise dos demonstrativos contábeis permite conhecer a situação econômico-financeira da organização analisada, a CEMIG.

Desta forma, este artigo tem como objetivo analisar uma organização prestadora de serviço público a fim de verificar como a análise das demonstrações contábeis pode servir de instrumento e informação para a fiscalização, transparência e *accountability*. Com intuito de atingir a este objetivo, buscou-se realizar a análise das demonstrações contábeis utilizando índices definidos; interpretar os resultados obtidos com a análise das demonstrações contábeis, confrontar a análise tradicional com a análise realizada pelo Serasa para verificar as principais diferenças e verificar em que medida as diferentes técnicas de análise de demonstrações contábeis podem contribuir para assegurar a fiscalização, *accountability* e transparência.

## 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Com o objetivo de fornecer a base teórica para esta pesquisa, serão abordados nos tópicos a seguir, os conceitos de fiscalização, transparência e *accountability* bem como a metodologia tradicional e a metodologia do Serasa para análise das demonstrações contábeis.

## **2.1 Fiscalização, transparência e *accountability***

A prestação de contas é característica de um Estado Democrático de Direito, o qual impõe aos agentes públicos a obrigação de observar os princípios constitucionais do art. 37 da Constituição Federal de 1988 em sua conduta administrativa. Sendo estes os princípios que serão adotados como norteadores básicos para a atuação fiscal da aplicação dos recursos públicos. Afinal, esses agentes não administram o patrimônio próprio, mas a coisa pública (*res pública*).

Conforme exposto por Speck (2000), citado por Zymler e Almeida (2005), os Estados modernos conferiram relevantes atribuições ao controle visando à consecução de dois objetivos principais: primeiro de coibir o abuso do poder político-administrativo e depois aumentar a eficiência da Administração Pública.

Ainda Speck (2000), retrata que o controle proposto através da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) visa responsabilizar os agentes individuais pelo não cumprimento de normas prescritas, o que se dá pelo julgamento das prestações de contas e a dimensão gerencial da sua administração. Esse julgamento das prestações de contas e sua dimensão gerencial buscam analisar a atuação dos administradores públicos visando contribuir para que se atinja determinados padrões de eficiência na gestão pública, disciplinados pela Constituição Federal, garantindo maior *accountability*.

De acordo com Paixão (2006), para que exista o cumprimento dos padrões de eficiência e da responsabilidade orçamentária, patrimonial e financeira é necessário envolver a adequação das informações apresentadas nas demonstrações financeiras. Além dos aspectos relacionados à obediência das leis e regulamentos aplicáveis faz-se necessária também a auditoria contábil, para que seja feita a avaliação da confiabilidade, utilidade e transparência dos relatórios contábeis e gerenciais.

Seguindo ainda a linha de pensamento de Paixão (2006), nota-se que para verificar as ações acima se torna prudente adotar-se dos conceitos de fiscalização, controle e auditoria, que para o autor são sinônimos, e que também configuram-se como princípios basilares da governança corporativa.

Entende-se, portanto, que a fiscalização utilizada pela Constituição Federal de 1988 é sinônimo da palavra auditoria, pois quando se audita, fiscaliza-se (examina, verifica), e quando se fiscaliza, audita-se. Sendo assim, a análise das demonstrações contábeis é um instrumento, ou um método, utilizado para realizar o controle, fiscalização, em qualquer entidade, seja de direito público ou privado.

Essas demonstrações seguem requisitos que definirão sua elaboração, para que posteriormente possam passar por uma análise que vai permitir que se realize a fiscalização da gestão econômico-financeira e patrimonial das entidades por meio das informações geradas pela contabilidade.

No âmbito público, essa fiscalização assume nomes diferentes, tais como as auditorias: operacional, contábil e financeira, de eficiência e eficácia. No entanto, detém o mesmo propósito final que é velar pela *responsabilidade pública*.

Campos (1990), citado por Paixão (2006), ressalta ainda que, no Brasil falta na verdade o próprio conceito de *accountability* para alcançar esta *responsabilidade pública*. Entretanto, para atingir-se esse objetivo, uma das formas de fiscalização é a análise da

prestação de contas daqueles que utilizem, arrecadem, guardem, gerenciem ou administrem dinheiro, bens e valores públicos que podem ser realizados por meio da análise das demonstrações contábeis, que representam todos os atos e fatos ocorridos na gestão dos recursos públicos.

Dessa forma, “*accountability*” significa muito mais que uma prestação de contas, envolve tanto o interesse da sociedade em fiscalizar os resultados da gestão pública, quanto o interesse dos gestores em tornar transparente a aplicação dos recursos e seus resultados econômico-financeiros e sociais.

Paixão (2006) ainda afirma que, a *accountability* está intimamente ligada com o compromisso ético e legal de se responder por uma responsabilidade delegada. Acrescenta também que não existe uma tradução uniforme desta expressão. Conclui-se que a *accountability* representa a responsabilidade final.

É possível notar que assim como no serviço público, a *accountability* não possui definições uniformes, tornando o entendimento do conceito abrangente, contudo se verifica três eixos, primeiro o seu significado está intrinsecamente ligado ao interesse coletivo, segundo, reveste-se de um compromisso ético e legal por partes dos administradores públicos, e por fim, Paixão (2006) atribui que a *accountability* constitui de uma prestação de contas com responsabilidade.

Contudo, o papel da transparência surge como consequência deste processo de tornar transparentes às prestações de contas com responsabilidade. Marion (2006) afirma que a transparência para a contabilidade pode ser vista através da técnica de evidenciação. Nesse sentido, Marion (2006) atribui evidenciação como um requisito fundamental para o fornecimento das informações necessárias a tomada de decisão. É por meio dela que a contabilidade busca melhorar a transparência, a compreensão e a legibilidade das informações para seus usuários.

Observa-se, portanto, que a partir do conceito de evidenciação, a transparência está intrinsecamente em seu bojo, pois através deste é possível concluir o seu trabalho final e a partir de então, redimensionar as ações técnicas como se visualiza no processo de interação entre usuários e sistema, a fim de perceber a eficácia quanto: à execução das práticas legais e contábeis, bem como dos princípios, critérios, normas e condutas moral e ética, bem como os resultados sociais da gestão pública.

Portanto, percebe-se que a essência dos conceitos de fiscalização, *accountability* e transparência fazem parte de uma seqüência lógica na qual primeiro se fiscaliza ou audita-se, depois presta conta de forma responsável, e por fim, verifica se há transparência no resultado evidenciado.

### **2.3 Análise das demonstrações contábeis**

Análise das demonstrações contábeis é a ferramenta fundamental para a contabilidade, pois seu objetivo é proporcionar para os usuários da contabilidade informações suficientes para tomar decisões. Nesse sentido, Matarazzo (1998, p. 17) destaca que: “A análise de balanços objetiva extrair informações das demonstrações financeira para tomada de decisões.”

Diferente de Matarazzo (1998), Iudícibus (1998, p. 21) define a análise de balanço como “a arte de saber extrair relações úteis, para o objetivo econômico que tivermos em mente dos relatórios contábeis tradicionais e de suas extensões e detalhamento.”

Matarazzo (1998), Guimarães (2001) define análise vertical correspondendo “ao estudo das alterações das composições dos elementos patrimoniais, ativo, passivo e patrimônio líquido, além de indicar a participação de cada conta no conjunto total.” (GUIMARÃES, 2001, p. 23) Em idéia semelhante à de Guimarães (2001), Blatt (2001)

ênfatiza que a análise vertical objetiva demonstrar a importância de cada conta em comparação com um valor total.

Uma análise horizontal fundamenta-se, segundo Matarazzo (1998, p.251), “na evolução de cada conta de uma série de demonstrações financeiras em relação à demonstração anterior.” Em mesmo sentido de Matarazzo (1998), Guimarães (2001) e Blatt (2001) destacam que a análise horizontal visa mostrar a evolução de cada conta em determinados períodos de tempos consecutivos, oferecendo um melhor acompanhamento de cada item, e, conseqüentemente, permitindo uma visão maior de todo processo de análise.

Determina-se que para realizar a análise das demonstrações contábeis é fundamental que a mesma seja feita em conjunto, levando todos os índices em consideração para atingir o objetivo da análise, pois se a mesma for realizada de forma isolada pode trazer falha e assim frustrar os objetivos de se fazer uma análise das demonstrações contábeis (MATARAZZO, 1998; GUIMARÃES, 2001; BLATT, 2001).

Conforme Guimarães (2001), a análise através de índices representa para o analista uma situação mais detalhada do momento financeiro, econômico e patrimonial. Estes índices são divididos em três; índices de liquidez, na qual representa a capacidade financeira da organização em honrar seus compromissos; índices de estrutura, que indicam as garantias das organizações frente a seus credores que representam o capital de terceiros, e por fim, os índices de rentabilidade, estes em sua essência prima pela geração de lucros das organizações, sendo que os demais capítulos irão abordar de forma minuciosa cada índice.

Além de concordar com a idéia de Guimarães (2001), Szuster (2007) acrescenta dizendo que o objetivo da análise também é de definir a postura do analista. Esta postura para Szuster, representa a visão que é atribuída ao analista frente à sua percepção e também quanto ao seu *feeling*.

## **2.5 Análise das demonstrações contábeis – metodologia aplicada pelo SERASA**

A Soluções para Gestão de Crédito e Apoio a Negócios (SERASA) é uma instituição que nasceu em 1968 através de uma ação cooperada entre bancos que buscavam informações rápidas e seguras para dar suporte às decisões de crédito. Inicialmente, a atividade do Serasa era centralizar os serviços de confecção de ficha cadastral única, compartilhada por todos os bancos associados, com redução de custos administrativos para os bancos e cidadãos.

Entretanto, no decorrer da década de 90, o Serasa começou a expandir sua atuação ao fornecer informação e análise para todos os segmentos da economia e para empresas de todos os portes, esta estratégia provocou uma evolução para a instituição, bem como ofereceu outros focos, isto ocorreu devido a uma gama de estudos adotados e realizados em micro, pequena e média empresa que serviram como experiências para o desenvolvimento destes novos produtos (SERASA, 2008).

Dentre estes novos produtos desenvolvidos, a instituição desenvolveu o *Credit Reating*. O *Credit Reating*, de acordo com o Glossário do Banco Central do Brasil (2008), é “uma nota do risco de crédito de uma instituição financeira ou país: capacidade desta instituição/país honrar seus débitos”. Representa um sistema desenvolvido no qual se realiza uma classificação de risco de crédito de pessoa jurídica. Este risco contempla um relatório contendo informações cadastrais, comportamentais e econômico-financeiras e uma classificação objetiva de risco de crédito das empresas analisadas. Possui uma metodologia de cálculo baseada em 32 características quantitativas e qualitativas, que são segmentadas em quatro grupos em função do porte das empresas, definido com base no tamanho do ativo e valor do faturamento líquido anual, sendo eles (*small, midlle, corporate e corporate+*)

(SERASA, 2008). Para efeito de compreensão e análise, são sintetizadas no QUADRO 1 as diferenças entre a análise tradicional feita por índices da análise realizada pelo SERASA.

**QUADRO 1**  
Análise tradicional *versus* Análise SERASA

Técnica tradicional	Técnica do Serasa
Analisa somente as demonstrações contábeis	Analisa as Demonstrações Contábeis
Analisa índices de liquidez	Analisa índices de liquidez
Analisa índices de estrutura	Analisa índices de Estrutura
Analisa índices de prazos médios	Analisa índices de Prazos Médios
Analisa índices de rentabilidade	Analisa índices de rentabilidade
	Realiza análise jugamental
	Analise em métodos estatísticos
	Analisa a organização cadastral e comportamental da empresa, isto significa quanto à idade da empresa, localização, tempo de gestão dos administradores, anotações negativas, hábitos de pagamento e pendências financeiras

Fonte: SERASA, 2008.

A entidade objeto deste estudo (CEMIG) encontra-se cadastrada pela instituição Serasa, no grupo *Corporate*, pois seu ativo total ou faturamento líquido é maior do que R\$ 50 milhões de reais e menor ou igual a R\$ 200 milhões de reais.

Através deste enquadramento no grupo *corporate* é atribuído um relatório que incorpora as mais avançadas e modernas técnicas de análise das demonstrações contábeis, baseadas no conceito de análise dinâmica, na qual mede a solidez financeira da instituição, sua capacidade de gerar recursos, dentre outras. A metodologia de classificação é dada com base em modelo julgamental apoiado tanto em análises quantitativas, elaboradas a partir de relatórios contábeis, quanto qualitativas apoiadas em visitas às empresas, análises do grupo econômico e do setor de atuação da empresa, além de reunir uma gama de informações, tais como de natureza cadastral, comportamental, econômico-financeira, macroeconômica, setorial e informações sobre estratégia de negócios (SERASA, 2008).

### 3 METODOLOGIA

Quanto ao tipo de abordagem, a pesquisa foi qualitativa, pois buscou por meio de uma técnica de análise tradicional analisar os demonstrativos contábeis da CEMIG de forma a verificar as informações contábeis relativas a situação econômico-financeira da entidade. Posteriormente foi estudada a análise das demonstrações contábeis realizada pelo Serasa, com o intuito de verificar em que medida a análise das demonstrações contábeis podem servir de informação para fiscalização, *accountability* e transparência.

O método de pesquisa utilizado foi uma pesquisa documental, compreendida em Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, Notas Explicativas e Relatórios da Administração divulgados no portal da CEMIG, referentes aos períodos de 2005, 2006 e 2007 e análise realizada pelo

Serasa. Assim, para a análise dos dados foi utilizada a análise de conteúdo dos documentos, utilizando duas técnicas: a metodologia tradicional e a metodologia do Serasa

## **4 ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Com o objetivo de verificar como a análise das demonstrações contábeis pode servir de instrumento e informação para a fiscalização, transparência e a *accountability*, serão apresentados neste capítulo os resultados obtidos por meio dos dados coletados com base nos demonstrativos contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, DOAR, DMPL, Notas Explicativas, Relatório da Administração e Parecer da Auditoria) da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, referente aos períodos de 2005, 2006 e 2007, os quais tiveram sua publicação no portal da CEMIG e Jornal Estado de Minas de (08/04/2008).

Toda esta metodologia de pesquisa aplicada a este trabalho, visa evidenciar e elucidar como a análise das demonstrações contábeis, pode servir de instrumento e informação para evidenciação contábil pertinente aos requisitos de fiscalização, transparência e *accountability* nas contas analisadas, bem como a verificação da situação econômica-financeira das entidades e os resultados da gestão dos recursos públicos.

Foram utilizados os demonstrativos contábeis acima elencados, tendo em vista que, os elementos que compõem uma análise podem ser divididos em duas estruturas; a primeira estrutura é a definida pelos princípios fundamentais de contabilidade constantes na resolução 750/1993 do CFC, e a segunda consiste nas demonstrações contábeis. A estrutura das demonstrações contábeis, comumente utilizada é a definida pela Lei 6.404/76 e, que de acordo com seu artigo de número 176º, torna-se obrigatória as companhias a publicarem seus demonstrativos contábeis compostos por BP, DRE, DLPA, DOAR, Notas Explicativas, Parecer da Auditoria e Relatório da Administração.

Os demonstrativos contábeis desta instituição foram analisados com base nos critérios de análise de balanço explicitado por Matarazzo (1998), Guimarães (2001) e Blatt (2001), na qual os mesmos classificaram os critérios de análise de balanços da seguinte forma: análise horizontal, análise vertical e análise dos índices (índices de liquidez, índices de estrutura e índices de rentabilidade).

Também foi analisado o relatório elaborado pelo Serasa na atribuição do *Credit Rating* para a entidade analisada. Buscou-se com esse estudo verificar os critérios utilizados pela instituição na análise dos demonstrativos contábeis.

### **4.1 Análise das demonstrações contábeis**

Matarazzo (1998) expõe que análise da estrutura das demonstrações contábeis é composta pelas seguintes peças contábeis: BP, DRE, DLPA, DOAR, DMPL, relatório da administração, notas explicativas e parecer da auditoria. Na estrutura das demonstrações contábeis da CEMIG, apurou-se no relatório anual de 2005, 2006 e 2007, que a sua estrutura de demonstrações contábeis, é regida pela Lei 6.404/76, sendo composta pelas peças contábeis acima citadas por Matarazzo (1998). Além desta estrutura tradicional que contempla BP, DRE, DLPA, DOAR, DMPL, relatório da administração, notas explicativas e parecer da auditoria, identificou-se na coleta de dados a existência de um rigoroso enquadramento da Lei *Sarbanes-Oxley* devido a CEMIG ter ações registrada na SEC, demonstrando assim, que neste quesito a CEMIG busca enquadramento aos requisitos da “boa governança corporativa”.

Verificou-se também que a instituição possui uma estrutura de demonstrações contábeis complementar, composta pela Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e Resultado Segregado por Atividade (RSA).

Todo esse conjunto de demonstrativos contábeis citados acima, agrega uma estrutura complementar, esta estrutura gera uma gama de informações maior e corrobora para que a organização estudada se torne mais transparente. A partir desta, nota-se que existe um aumento da capacidade e da qualidade da fiscalização, e este permite conseqüentemente, uma prestação de contas com maior responsabilidade (*accountability*), uma vez que a informação está em um grau de clareza maior. Além disso, aumenta também as informações quanto à saúde econômico-financeira da entidade, tendo em vista que a estrutura das demonstrações contábeis complementar tem por objetivo agregar mais informações, que visam evidenciar e explicar melhor as mutações patrimoniais das respectivas empresas.

Constatou-se também, através de parecer dos auditores independentes emitido pela KPMG Auditoria Independente, que toda extensão dos exames de auditoria aplicados na CEMIG não possui ressalvas, caracterizando um parecer sem ressalva. Este tipo de parecer demonstra que a CEMIG possui um controle interno eficaz, cuja apresentação não existe inconformidade em sua linha operacional e administrativo. Sendo assim, observou-se neste controle: a segregação de funções, distribuição de tarefas, manuais, critérios, normas bem como a aplicação dos requisitos presentes em seu código de conduta. Os princípios identificados nas demonstrações contábeis publicadas pela CEMIG foram encontrados por meio dos critérios demonstrados em notas explicativas. Através desta, observou-se os seguintes princípios; o princípio da competência, princípio da prudência, princípio da oportunidade, princípio do registro pelo valor original. Observou-se, as renovações de concessões para mais 20 anos, atribuindo este fato ao princípio da continuidade e por fim, todos os bens registrados, bem como recebimentos e pagamentos pertencem a CEMIG, caracterizando o princípio da entidade. Apenas não foi possível localizar o princípio da atualização monetária, o motivo é que este princípio não se aplica a unidades inflacionárias acima de 33% ao ano. O Brasil no ano de 2007 teve a inflação em 9,74%, contudo, destaca também que foi possível identificar a convenção da consistência em seu método de estoque, que é apurado pelo custo médio. Esta convenção consta na resolução nº 530/81 que foi revogada pela resolução 750/93 do CFC.

Esses princípios, adotados pela CEMIG e constantes em suas notas explicativas, geram conseqüências de transparência para as demonstrações contábeis e impacta em uma prestação de contas com maior responsabilidade (*accountability*), pois estes contém critérios que irão universalizar e parametrizar os procedimentos contábeis.

#### *4.1.1 Análise vertical/horizontal*

A análise vertical, segundo Matarazzo (1998), visa destacar a função e a relevância de cada conta em seu respectivo grupo, sendo que para o autor a análise horizontal representa a evolução de cada conta e grupo se comparado com o exercício anterior. Entretanto, cabe aqui ressaltar que, tanto Matarazzo (1998) como Guimarães (2001) e Blatt (2001) são unânimes em salientar que análise das demonstrações contábeis deve ser feita em conjunto, levando em consideração os índices (liquidez, estrutura e rentabilidade) mais a técnica horizontal/vertical.

Através desta técnica, apurou-se no período de 2005 a 2007 que a CEMIG obteve um maior volume de crescimento em seu grupo de bens permanentes (Ativo), compreendido pela conta de Investimentos em 15,08% em períodos acumulados verticalmente e 14,38% horizontalmente.

Observou-se que frente a suas origens, a CEMIG demonstrou um maior volume e concentração de valores em seu capital próprio (patrimônio líquido). Esta concentração foi proporcionada pelo fortalecimento de seu capital social (representa o investimento do sócio na empresa) em 12,36% verticalmente e 16,24% horizontalmente ao final do exercício de 2007.

Por outro lado, suas obrigações exigíveis em 360 dias (Passivo Circulante) demonstraram reduções sequenciais, chegando ao final dos períodos (2005, 2006 e 2007 em base acumulada) com 59,85% abaixo do que havia iniciado em 2005. As contas que contribuíram para este evento foram: Empréstimos e Financiamento, Fornecedores, Obrigações trabalhistas, sociais, fiscais e outras obrigações, cuja maior representatividade ocorreu no exercício de 2006. Cabe também ressaltar que houve um aumento vertiginoso em sua conta de Dívidas com pessoas ligadas, chegando ao final de 2007 em 2.443,77%. Também houve um aumento a se comparar em base acumulada (2005, 2006 e 2007) de 64,39% com pagamento de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos.

Finalmente, verificou-se obrigações vencíveis após 360 dias (Passivo Exigível a Longo Prazo) obteve também uma queda acumulada (de 2005, 2006 e 2007) em 22,02%, representatividade no grupo foi da conta de Provisão para Contingência que cresceu horizontalmente em 110,66% no final de 2007.

Por meio desta técnica horizontal/vertical, apurou ainda, a relevância e a evolução das contas da DRE e observou-se que as receitas da CEMIG são provenientes do método de equivalência patrimonial e resultado positivo financeiro. Esta equivalência patrimonial é fruto do processo de reestruturação do setor energético brasileiro, representado pela Lei 10.808/04, na qual segregou as atividades de geração, transmissão e distribuição, fazendo da CEMIG, onde seu capital configura-se misto, CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) nº 17.155.730/0001-64 uma *holding*. Ressalta-se, ainda, que esta técnica evidenciou na DRE que o lucro por ação da CEMIG teve uma queda substancial de 70,29%, nos períodos de 2005 à 2007. Lembra-se que a equivalência patrimonial representa o percentual do investimento realizado, onde ao final de seu exercício social apura-se o lucro líquido do exercício, com finalidade de aplicar o percentual sobre este lucro líquido, extraindo assim a equivalência patrimonial da operação (MARION, 2006).

Portanto, através da técnica de análise horizontal/vertical, conclui-se que a CEMIG apresentou de forma geral, (em 2005, 2006 e 2007) uma evolução em suas aplicações na conta de bens permanentes (Ativo Permanente), a causa desta evolução está na conta Investimento que representa 71,28% do ativo total em 2007. Pelo lado das origens, a CEMIG apresentou também uma evolução em seu capital próprio, finalizando 2007 com este grupo, representando 84,57% de seu passivo total, grande parte desta representatividade compreende o fortalecimento da conta capital social.

Dentro dos critérios de análise das demonstrações contábeis, Guimarães (2001) destaca a análise dos índices, dividindo-a em três grupos de índices. O primeiro grupo de índice é o de liquidez. Conforme Guimarães (2001), os índices de liquidez medem de forma geral a capacidade financeira da empresa em honrar seus compromissos.

Outro grupo de índice abordado por Guimarães (2001) são os índices de estruturas, estes por sua vez indicam a política de capital próprio e capital de terceiros, buscando oferecer uma segurança aos credores das empresas.

E por último, o grupo que compreende os índices de rentabilidade. Guimarães (2001) retrata que estes “medem a capacidade de uma em gerar lucros, bem como interpretar seu desempenho global”. Sendo assim, inicia-se esta análise destes índices através da liquidez.

Análise com base nos índices acima abordados é intitulada de índices pré-definidos, o fato de existir estes índices já definidos auxilia o administrador a prestar contas de forma mais

responsável e de modo que suas ações sejam balizadas em referência aos índices já definidos frente ao padrão ideal.

Verificou-se, através dos índices de liquidez (representados pelos índices de liquidez corrente, liquidez seca e liquidez imediata), a capacidade financeira da CEMIG em honrar seus compromissos vencíveis em 360 dias; e por meio da liquidez geral, os compromissos vencíveis após 360 dias. Conforme Guimarães (2001), os índices de liquidez além de representar informar a capacidade de honrar seus compromissos, possuem padrão pré-estabelecidos de quociente 1.

Em 2005, de uma forma geral, a capacidade de pagamento de curto prazo apresentou o índice abaixo do padrão considerado ideal. Apenas a liquidez geral foi superior ao padrão pré-estabelecido quociente 1 (um), sendo que o índice de liquidez corrente foi 0,89, a liquidez imediata 0,14 e a liquidez seca 0,89.

Em 2006, a capacidade de pagamento da CEMIG ainda apresentou índice abaixo do ideal para os índices de liquidez corrente (0,84), de liquidez imediata (0,02) e de liquidez seca (0,84), novamente foi a liquidez geral que teve o índice acima do ideal, nesta oportunidade de 1,35.

Se comparada a capacidade de pagamento referente ao exercício de 2006 ao ano exercício anterior de 2005, verifica-se que a liquidez geral, teve um decréscimo de 1,46 %, no entanto continuou a ter índice superior a 1 (padrão ideal). Isso se deve ao fato das reduções das contas no grupo do Ativo Circulante, as Disponibilidades, Compensação e Recuperação de Impostos, Dividendos a Receber e Outras Contas.

Em 2007, a capacidade de pagamento da CEMIG demonstrou-se acima do ideal para três índices, são eles: o de índice de liquidez corrente foi de 1,45, este quociente foi o mesmo apurado para o índice de liquidez seca, finaliza-se com um índice de liquidez geral com o quociente de 1,86. Apenas o índice de liquidez imediata ficou abaixo do ideal (0,02), tal fato deve-se à conta de disponibilidades ter sofrido uma redução acumulada (2005, 2006 e 2007) de 99,96%.

Portanto, conclui-se que a CEMIG obteve em 2005 e 2006 uma capacidade de pagamento abaixo do ideal, se comparado com os índices padrões. Contudo, em 2007 houve uma recuperação em sua capacidade financeira, causada pelo aumento da conta de Dividendos a Receber, Direitos de Recuperar e Compensar Tributos. Estes índices, quando abaixo do ideal geram impacto na capacidade de pagamento e em futuras decisões financeira da empresa.

Dessa maneira, observou-se que o cenário vivido pela CEMIG nos períodos de 2005, 2006 e 2007, reforça o requisito de *accountability* no sentido de que com responsabilidade e dentro dos critérios legais a organização reverteu um cenário negativo que existia em 2005 e 2006, quanto a sua capacidade de pagamento. Além disso, cabe ressaltar que a forma como foi revertido este cenário pela CEMIG enaltece o requisito da transparência pois as informações consta nas notas explicativas da respectiva organização.

Os índices de estrutura, conforme Guimarães (2001), representam a “segurança oferecida pela empresa aos seus credores que configuram o capital alheio, bem como revelam a sua política de obtenção de outros recursos e suas respectivas alocações”.

Notou-se que nos períodos de 2005, 2006 e 2007 a CEMIG apresentou em quantidade uma redução de 46,43% na sua dependência de recursos de terceiros, verificado pelo índice de endividamento geral. Isso gera uma situação boa para a empresa, pois suas obrigações com terceiros estão reduzindo e conseqüentemente melhorará sua liquidez em períodos futuros.

Esse índice, de acordo com Guimarães (2001), representa a relação entre o capital próprio com o capital de terceiros, a fim de indicar qual a política de obtenção e aplicação adotada pela empresa.

Observou-se também, agora por meio da composição do endividamento, qual o grau de exigibilidade que a empresa tem, frente ao capital de terceiros. Apurou-se em 2005, que 79% de seus recursos de terceiros eram exigíveis em 360 dias. Em 2006, este índice obteve um decréscimo, representando nesse exercício 75% dos recursos de terceiros exigíveis em 360 dias, e em 2007 culminou em 70%. Os padrões para este índice, ainda no pensamento de Guimarães (2001), “indicam que quanto menor seu quociente, melhor é para a empresa conseguir uma maior folga”. Pois esta folga permitirá que as empresas usem melhor suas aplicações e gire seu ciclo operacional e financeiro com mais tranquilidade.

Verificou-se que apesar da composição do endividamento apresentar ainda em índices elevados, ao se realizar a análise da diferença de percentuais, infere-se que em um prazo de 03 exercícios consecutivos a entidade conseguiu reduzir sua dependência de recursos de terceiros, exigíveis em 360 dias, em 11,39%. Essa situação para a CEMIG é ideal, pois, de certa forma, a empresa passa a depender do capital de terceiros.

Ao analisar a relação do capital próprio e o capital de terceiros, identifica-se o índice de garantia de capital de terceiros e encontra-se uma situação favorável e ideal, tendo em vista que este índice visa destacar quanto o capital próprio corresponde ao capital de terceiro, a fim de extrair a própria garantia para obtenção e aplicação de recursos desejados pela empresa conforme ressalta Guimarães (2001).

Em 2005, o capital próprio corresponde a 260% do capital de terceiros, em 2006 este índice aumenta para 388% e em 2007 com 548%. Em uma base acumulada de 03 períodos consecutivos, a entidade obteve um ganho de 110,77% do seu capital. Isso está relacionado ao fortalecimento de seu capital social, como exposto ao longo da parte de análise da técnica horizontal/vertical.

Outro índice que compõe a estrutura é a imobilização do patrimônio líquido, o quociente deste índice irá indicar o quanto do patrimônio líquido da empresa foi absorvido pelo ativo permanente (GUIMARÃES, 2001).

O patrimônio líquido da CEMIG investiu no ativo permanente 86% do capital próprio, isto em 2005, já em 2006 esta relação teve um aumento de 5,81%, encerrando o exercício com 91%, entretanto, em 2007 houve uma redução de 7,69% levando este índice encerrar 2007 com 84% de investimento do PL no ativo permanente. Ao comparar 03 períodos consecutivos, nota-se que a empresa obteve ao final uma queda de 2,33% em suas imobilizações do patrimônio líquido. Quanto a interpretação destes índices, infere-se que a redução apresentada é ideal, porque de certa forma, a CEMIG deixa de imobilizar seu capital próprio em seus bens permanentes.

Destaca-se que o motivo deste índice obter estas variações se deve pelo fato da conta investimento e capital social contemplarem um maior volume de percentuais, mais uma representatividade em seu grupo de 99% seguido de variações em cada exercício, tudo isso comprovado através da técnica de análise horizontal/vertical.

A interpretação para este índice, conforme Guimarães (2001), é de quanto menor, melhor para a empresa, pois um alto grau de imobilização pode comprometer a liquidez da empresa. Foi o que ocorreu em 2006, quando a CEMIG obteve o menor índice de liquidez dentre o período de 2005, 2006 e 2007. Nesse exercício, notou-se que a conta investimento teve uma evolução de 11,11% em relação ao exercício anterior. Esta relação refletiu-se em toda sua liquidez de forma geral, reduzindo-as, como pode ser demonstrado pela análise dos índices de liquidez apurados. Essa situação gerada pela evolução para a CEMIG é ruim, pois além de imobilizar uma parcela de seu capital próprio, gera consequências também em sua capacidade de pagamento em 360 dias.

O índice de imobilização de recursos permanentes representa a quantidade de recursos não circulantes que foram aplicados no ativo permanente, segundo Guimarães (2001). Desta forma, a interpretação deste índice indica que quanto menor, melhor para a empresa.

Obtém-se que no período de 03 anos consecutivos houve um aumento de 1,27% neste índice, devido a evolução da conta de provisão para contingência, como se visualiza através da técnica de análise horizontal/vertical. Para a empresa não tem nenhum impacto, pois ao final do exercício será revertida a provisão para contingência, caso não aconteça nenhum sinistro ou evento que haja necessidade de realizá-la.

Observou-se também que, devido às características operacionais ou ao processo de reestruturação do setor de energia elétrica do Brasil, caracterizado pela lei 10.808/2004 a empresa passou a operar em 1º de janeiro de 2005, como *holding*, não se aplicando a análise dos prazos médios, dos ciclos operacionais e financeiros, devido a não existência de estoques e nenhum custo da mercadoria vendida.

Os índices de estrutura procuram evidenciar como está a postura da empresa quanto ao capital próprio frente ao capital de terceiros, desta relação, notou-se que a CEMIG vem sequencialmente, reduzindo o montante do capital de terceiros em sua estrutura, conseqüentemente, observou-se que ao longo dos períodos (2005, 2006 e 2007) analisados a garantia do capital próprio aumentou quando confrontado com o capital de terceiros, isso gera para a empresa um maior fortalecimento do seu capital próprio e uma maior utilização de recursos próprio.

Ainda no tocante acima e voltando-se estes fatos para os requisitos de fiscalização, transparência e *accountability*, observou-se que a estrutura da CEMIG está claramente evidenciada em suas notas explicativas de forma segregada. Dessa forma, este fato corrobora para existência da transparência, assim como, o fato de está reduzindo a participação do capital de terceiros, demonstra que houve uma responsabilidade com esta estrutura, facilitando assim para uma prestação de contas mais responsável.

Os índices de rentabilidade caracterizam-se como de interesse dos sócios (proprietários), pois através desses é possível verificar a remuneração do capital aplicado, bem como os investimentos realizados na empresa. Guimarães (2001, p. 49) atribui que os índices de rentabilidade “interpretam o desempenho global da empresa, medindo a capacidade da geração de lucros”.

Através dos índices de rentabilidade do ativo, ou seja, desta capacidade de gerar retorno ou lucros, observou-se que a relação lucro líquido/ativo apresentou decréscimo, em função da CEMIG (capital misto) operar como *holding* e obter receitas através de participações em suas controladas, coligadas e subsidiárias integrais, o chamado resultado de equivalência patrimonial.

Partindo de uma análise em períodos acumulados (2005, 2006 e 2007), notou-se uma redução de 15% na sua lucratividade, e conseqüentemente, aumentou o prazo em que a empresa levava para girar as aplicações que eram de 5 anos em 2005, chegando ao final de 2007, levando 5 anos, 10 meses e 17 dias para conseguir cobrir o que foi investido. Esta queda para a CEMIG gera conseqüências no prazo em que a CEMIG levará para obter o valor de suas aplicações, considerando apenas o lucro líquido.

A rentabilidade do patrimônio líquido foi outro índice apurado, só que este teve uma queda considerável de 40%, nos períodos de 2005, 2006 e 2007, pode-se dizer que o rendimento do capital próprio aplicado na CEMIG teve perda de R\$ 0,40 para cada R\$ 1,00 aplicado nestes últimos 3 anos. A razão deste evento pode ser explicado pelo fato da CEMIG passar a operar como *holding* e sua receita passar a ser reconhecida pela modalidade de equivalência patrimonial, seguida de reduções em seu lucro líquido de 2006 e 2007, juntamente com aumento de emissões de ações. Conseqüentemente, o lucro por ação que em

2005 era de R\$ 12,35 encerrou em 2007 com R\$ 3,57 a cada ação, ou seja, incorreu em um prejuízo ao final de 2007 de R\$ 8,78. Através desta situação nota-se que, o capital investido pelos sócios estão em involução, pois a remuneração está reduzindo.

#### *4.1.2 Análise de notas relevantes publicadas pela CEMIG*

As notas explicativas ressaltaram que em 2004 a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, publicou a lei 10.808/04, na qual determina a desverticalização do setor de energia elétrica do país, ou seja, todas as companhias envolvidas no processo de fornecimento de energia elétrica tinham que segregar suas atividades de geração (compreende as fase hídricas e térmicas) e transmissão da atividade de distribuição, esta representada pela fase da distribuição da energia para o consumidor final.

Detectou-se através do Consórcio Minas Rio a aquisição da Light S/A, uma das maiores empresas de eletricidade do país. O Jornal, O Estado de Minas (08/04/2008), evidenciou que após a reestruturação do setor de energia elétrica, a ANEEL refez uma revisão na tarifa da CEMIG e conclui que a partir desta data a conta de energia elétrica ficará mais barata em 17,1% para os consumidores e residências, e de 7,9% a 13,8% para as indústrias e grandes consumidores (FURBINO, 2008, p. 12).

As notas explicativas também demonstraram que a CEMIG possui participação no consórcio que pleiteia operar na Unidade de Energia Elétrica do Santo Antonio (Complexo do Rio Madeira).

As notas explicativas explicitaram que nas demonstrações contábeis publicadas pela CEMIG em 2008, evidenciando os resultados de 2007, foi mensurado o grupo de intangíveis no ativo permanente, já fazendo uso da lei 11.638/2007, em detrimento a nova lei das S/A. Este intangível contempla o Forluz que representa um plano de pensão e suplementação de aposentadoria, plano de saúde, plano odontológico e seguro de vida.

Por meio destas notas relevantes, cabe ressaltar que a CEMIG mantém pública suas estratégias, quanto a aquisição de novas empresas, mudanças de lei e critérios a fim de tornar transparente suas ações, quanto a novos investimentos e impactos promovidos no setor, bem como norteiam sua vida empresarial. Nesse sentido, esta postura de tornar clara suas ações demonstra uma transparência, seguida de uma prestação de contas com maior responsabilidade.

#### **4.2 Análise elaborada pelo Serasa**

Notou-se que o Serasa possui uma metodologia de análise baseada em dados quantitativos e qualitativos, métodos estáticos, indicadores econômico-financeiros, perspectivas setoriais, ou seja, o intuito de tornar a análise mais próxima da realidade, com uma gama de informações maiores.

O relatório emitido pelo Serasa enquadra na modalidade *Corporate*, que é para empresas que possuem um ativo total ou faturamento líquido maior do que R\$ 50 milhões de reais e menor ou igual a R\$ 200 milhões de reais. Este relatório contém dados quantitativos, tais como: quantidade funcionários, composição dos conselhos fiscal e administrativo, bem como dados qualitativos que aborda o currículo de cada membro, gestão de qualidade, seguros, principais fornecedores, principais bancos comerciais. Destacou-se também no relatório que a empresa implementou o processo de desverticalização das operações, desta forma:

[...] a empresa adequou-se às exigências da reestruturação do modelo do setor elétrico brasileiro, que determina a segregação das atividades de

geração e transmissão de energia da atividade de distribuição (SERASA, 2008).

Abordou-se também que:

[...] em setembro de 2004 foram constituídas as subsidiárias integrais da CEMIG Holding, que foram: a CEMIG geração e transmissão S/A e a CEMIG distribuição S/A, para, a partir de 01 de janeiro de 2005, desenvolverem as atividades operacionais do negócio de energia elétrica. Nesta data, foram transferidos, para as controladas constituídas os ativos do imobilizado em serviços e parte das obrigações e direitos relacionados às atividades de geração, transmissão e distribuição (SERASA, 2008).

Salientou-se também que, após o processo de reestruturação, o grupo CEMIG passou a possuir 62 (sessenta e duas) usinas com capacidade de 6.678 MW. Posteriormente, o relatório abordou os campos de atuação da CEMIG, sendo eles os Estados do Pará, Maranhão, Santa Catarina, Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Minas Gerias e também no Chile. Informou-se outros fatos relevantes como:

[...] assinou, em 17 de abril de 2008, contrato para fornecimento de energia elétrica ao grupo Votorantim, no valor de R\$ 10,5 bilhões, para plantas do grupo localizadas nas regiões sudeste e centro-oeste do Brasil. É o maior contrato já realizado no setor elétrico brasileiro e tem o prazo de duração até 2028 (SERASA, 2008).

A aquisição de 80% do capital das empresas Lumitrans Cia Transmissora de Energia Elétrica e STC Sistema de Transmissão Catarinense S/A totalizou o equivalente a R\$ 77,154 milhões, que foi efetuada por meio de sua controlada, a Amazonas Transmissão de Energia.

Destaca-se também a participação da CEMIG no leilão referente a UHE Santo Antonio (Rio Madeira), que detém uma participação neste consórcio de 10%, cujo início das operações está prevista para 2012. O Serasa atribui que o balanço encerrado em 31/12/2007 demonstrou:

[...] endividamento composto, em sua maior parte, por juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar. O ativo estava representado principalmente por investimentos, relativos, sobretudo, a participação nas empresas de geração, distribuição e transmissão (SERASA, 2008).

Apesar do objetivo deste projeto de pesquisa não ser de confrontar as técnicas de análises (Tradicional e Serasa), cabe ressaltar que a Serasa em seu relatório emitido, contempla índices de liquidez, estrutura e rentabilidade.

A liquidez encontrada para os índices caracteriza-se diferente da tradicional, enquanto na tradicional o padrão ideal é 1, o Serasa realiza um cálculo de acordo com desempenho anual do setor a fim de encontrar o padrão ideal para aquele respectivo índice, o mesmo acontecendo com os demais índices (estrutura e rentabilidade). Através desta técnica, observou-se que sua rentabilidade nos períodos de 2005, 2006 e 2007, manteve-se acima do padrão ideal que não é fixo.

Quanto aos índices de estrutura, os reflexos foram semelhantes aos abordados na análise tradicional. Entretanto, a redução em seu endividamento foi de 6,84 em base

acumulada (2005, 2006 e 2007) e sua composição de exigibilidade manteve em 11,39%, considerando mesma base. Quanto à rentabilidade observou-se que a rentabilidade ativo ganhou uma evolução positiva encerrando 2007 com uma representação de 28,57%, levando como parâmetro o período de (2005, 2006 e 2007), enquanto a rentabilidade do capital próprio, também nesta técnica, apresentou uma redução acumulada (2005, 2006 e 2007) em 21,43% abaixo do que havia iniciando em 2005, mais a Serasa evidenciou que este índice ainda continua acima do padrão deste setor.

Além destes índices, a técnica utilizada pelo Serasa apresentou outras bases como evolução do investimento, evolução do imobilizado, diferido e intangível, indicadores de capital de giro, geração de atividade por meio do fluxo. O detalhe ficou para a não aplicação do ciclo financeiro das operações, bem como o operacional. Ressalta-se que o relatório emitido pelo Serasa segue em anexo a este presente trabalho.

O relatório Serasa (2008) evidenciou que a “análise de uma *holding* depende do desempenho de suas controladas”. Porém, a equivalência patrimonial obtida pela mesma foi positiva, chegando ao valor de R\$ 1.911 milhões, advindos principalmente das controladas CEMIG geração e transmissão S/A e CEMIG distribuição S/A.

Por fim, o Serasa não atribuiu a CEMIG o *reating*, em função desta organização se tratar de uma *holding* e seus desempenhos e resultados serem através das controladoras por meio de equivalência patrimonial.

Através deste relatório é permitido concluir que a CEMIG é uma organização que tem política de qualidade adotadas pelo a ISO 9001, relacionamento bancário, relacionamento com fornecedores, este por sua vez com de 50% dos relacionamentos acima de 5anos, além de informar a evolução de investimentos, do patrimônio líquido, evolução do imobilizado, diferido e intangível, indicadores de capital de giro; tais como saldo de tesouraria, necessidade de capital de giro, capital de giro; fluxo de caixa e índices financeiro, todas essas informações seguem em anexo.

Portanto, pode se concluir que o relatório emitido pelo Serasa é completo no que tange a informações econômicas, financeira, patrimonial e comportamental, pois o mesmo evidencia em três períodos informações de forma real, com base nos demonstrativos contábeis publicados pela CEMIG, além disso, no final, ofertar as conclusões desta análise.

Vale lembrar que a finalidade deste relatório emitido pelo Serasa é atribuir o risco crédito a empresa analisada, entretanto, neste trabalho, sua finalidade é de verificar o quanto esta técnica pode contribuir para garantia dos requisitos de fiscalização, transparência e a *accountability*. A partir desta, notou-se que este relatório contribui sim para a garantia destes requisitos, em função de divulgar uma gama de informações concisas, claras e importantes que vão de encontro à situação vivenciada pela empresa naquele período, bem como do setor que está inserido. Essas informações simultaneamente reforça aquelas obtidas na análise tradicional.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho tem como objetivo verificar as ferramentas contábeis que podem ser úteis para oferecer auxílio à fiscalização, à transparência, e a *accountability* na gestão dos serviços públicos, bem como contribuir para desenvolvimento e evolução da sua realidade administrativa e social.

Utilizou-se neste trabalho para análise das demonstrações contábeis duas técnicas de análise das demonstrações contábeis: o método tradicional, cuja finalidade é extrair quociente dos índices pré-estabelecidos por doutrinadores contábeis e o método de análise desenvolvido pelo Serasa através de seu produto de *Credit Reating*, na qual sua finalidade é realizar uma

análise de determinada empresa, levando em consideração métodos estáticos de acordo com o porte da empresa.

Buscou-se verificar como a análise das demonstrações contábeis pode servir de instrumento e informação para a fiscalização, transparência e *accountability* de uma organização de capital misto concessionária de serviço público.

A análise das demonstrações contábeis possibilitou verificar a situação econômico-financeira da entidade, através da utilização de índices padronizados. Observou-se que em uma análise horizontal/vertical que, a CEMIG possuiu no período de 2005, 2006 e 2007 representatividade e evolução nas contas de investimento e capital social. Associa-se a este fato o processo de desverticalização do setor energético brasileiro, elaborado pela ANEEL caracterizado pela lei 10.808/2004, na qual obriga as companhias de energia elétrica a segregarem suas atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Por este motivo, a CEMIG passou a partir de 1º de janeiro de 2005 a operar como uma *holding*, ou seja, suas receitas passaram a ser reconhecidas através dos resultados de suas controladas, coligadas e subsidiárias integrais. Em face a este motivo, a análise horizontal/vertical destacou a conta investimento realizada em sua parte relacionada e destacou também um fortalecimento de seu capital social.

Ainda na análise utilizando os índices definidos, encontrou em 2007 uma liquidez (representa a capacidade de honrar os compromissos) ideal com a padrão, em 2005 e 2006 esta liquidez concentrou abaixo do padrão ideal. Entretanto, conseguiu visualizar uma redução no período de 2005, 2006 e 2007 em 46,43% da sua dependência de capital de terceiros através do índice estrutura que destacou também que a relação de capital de terceiros vencíveis em 360 dias reduziu em 11,39%, levando em consideração três períodos consecutivos; outro destaque apurado através dos índices estruturas foi uma garantia do capital próprio em relação ao capital de terceiro, obtendo ao final do período um crescimento de 110,77%, sobre o capital de terceiro e esta relação de garantia.

A realização da análise utilizando índices definidos, finalizou com o índice de rentabilidade e evidenciou que houve uma redução de 15% em sua lucratividade, apurado através do índice de rentabilidade do ativo. Conseqüentemente esta redução aumentou o prazo em que a CEMIG levaria para girar suas aplicações sendo, em 2005 de 5 anos exatos, e ao final do exercício de 2007 passou a ser de cinco anos, dez meses e dezessete dias. Foi possível também apurar a rentabilidade do capital próprio e notou-se que houve uma queda significativa de 40% devido as reduções no lucro líquido de 2006 e 2007, juntamente com a emissão de mais ações no mercado para fortalecimento de seu capital próprio.

Em função da desverticalização do setor energético brasileiro, não foi possível aplicar uma análise nos prazos médios, bem como levantar seus ciclos financeiros e operacionais devido a não existência de estoques, uma margem líquida baixa e nenhum custo da mercadoria vendida.

Quanto à análise feita realizada pelo Serasa na CEMIG, apurou-se através de um relatório emitido pelo Serasa toda estrutura da CEMIG quanto composição do Conselho de Administração Fiscal, bem como o currículo e a formação de cada conselheiro, o relacionamento com instituição bancária, políticas de qualidade. Verificou em sua técnica de análise uma gama de informações e índices complementares aos índices apurados na análise tradicional, como por exemplo índices de análise dinâmica: necessidade de capital de giro, saldo de tesouraria e capital de giro. Também destaca-se os padrões calculados anualmente de acordo com desempenho do setor. As conclusões constantes do relatório do Serasa não foram atribuídas o *Rating* em função da empresa se tratar uma *holding*, sendo seu desempenho o resultado de suas controladas, através de equivalência patrimonial. Entretanto, as conclusões contemplaram uma série de eventos que a CEMIG vem vivenciando nos últimos três períodos

(2005, 2006 e 2007), tais como: o processo de reestruturação (desverticalização) do setor energético brasileiro, aquisições de concessionárias, aquisições de empresas do mesmo ramo como compra da Light S/A conseqüentemente novos mercados, participação no consórcio de leilão no complexo do Rio Madeira.

Portanto, conclui-se que, as diferentes técnicas de análises (tradicional e Serasa), juntas, podem contribuir para garantir os requisitos de fiscalização, transparência e *accountability*, pois, as técnicas se complementam buscando um maior nível de evidenciação da situação econômico-financeira da entidade e os resultados da gestão pública. Através deste resultado, certifica-se que estas técnicas podem contribuir como instrumento de informação para os administradores públicos e para os demais usuários (clientes, fornecedores, sociedade, governo, bancos, empresas, investidores e etc) da informação contábil internos e externos (principalmente a sociedade), visando fortalecer na administração pública os requisitos de fiscalização, transparência e *accountability*, os quais só poderão ser atingidos com a colaboração da ciência contábil e suas técnicas de análise de dados.

A análise através da avaliação permanente da execução econômico-financeira da gestão dos serviços públicos, por meio da análise dos demonstrativos contábeis, permite visualizar os resultados de sua gestão, mas bem como na análise realizada pelo Serasa, não são somente esses dados que leva-nos a entender toda a dimensão dos resultados da entidade.

Sugere-se a realização de uma nova pesquisa abordando tais técnicas em um horizonte de tempo maior e com a realização de entrevistas a fim de buscar maior profundidade na análise.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos. **Introdução à auditoria operacional**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 140 p.

BEUREN, Ilse Maria (org.), *et al.* **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e pratica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004

BLATT, Adriano. **Análise de balanços: estruturação e avaliação das demonstrações financeiras e contábeis**. São Paulo: MAKRON Books, 2001.

CEMIG, Companhia Energética de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.cemig.com.br/historia.htm>, acesso em 19 de março de 2008.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHACON, Paulo Eduardo de Figueiredo. **O papel das agências reguladoras**. Disponível em: [http://www.datavenia.net/opiniao/2001/O\\_Papel\\_das\\_Agencias\\_Reguladoras.htm](http://www.datavenia.net/opiniao/2001/O_Papel_das_Agencias_Reguladoras.htm), opinião jurídica, Ano V - nº 53 - dezembro de 2001, acesso em 05 de abril de 2008.

INSTITUTO SERZEDELLO CORRÊA. **Fiscalização de gastos públicos no Brasil: ciclo especial de palestra sobre controle e fiscalização**. Brasília: Sedip, 1999, 133 p.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

FIGUEIRA, Divalte Garcia. **História**. São Paulo: Ática, 2002.

GASPARINI, Diógenes. **Direito administrativo**. 11. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2006.

- GUIMARÃES, Marcos Freire. **Análise das demonstrações financeiras**. São Paulo: Vestcon, 2001.
- IUDÍCIBUS, Sergio de. **Análise de balanços**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de direito administrativo**. 2. ed. ver. e atual. São Paulo: Saraiva, 2006, 608 p.
- KOHAMA, Heilio. **Contabilidade pública: teoria e prática**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2003. 366 p.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- MARION, José Carlos; IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Intridução à teoria da contabilidade: para o nível de graduação**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial**. 6. ed. 6 reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.
- PEIXE, Blênio César Severo. **Finanças públicas: controladoria governamental, em busca do atendimento da lei de responsabilidade fiscal**. 4. tir. Curitiba: Juruá, 2006, 252 p.
- PINTO, Antônio Luiz de Toledo (org.) *et al.* **Vade mecum**. 3. ed. Atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 3-71.
- SANTOS, Antônio Raimundo dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2000.
- SERASA. Disponível em: <http://www.serasa.com.br/login/senha/credtreating.htm>, acesso em 27 de maio de 2008, 10:47:03.
- SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. **Metodologia de pesquisa aplicada à contabilidade: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, tese**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- SLOMSKI, Valmor. **Manual de contabilidade pública: um enfoque na contabilidade municipal, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003, 475 p.
- SZUSTER, Natan (org.) *et al.* **Contabilidade geral**. São Paulo: Atlas, 2007.
- ZYMLER, Benjamim; ALMEIDA, Guilherme Henrique de La Rocque. **O controle externo das concessões de serviços públicos e das parcerias público-privadas**. Belo Horizonte: Fórum, 2005.